

SELEÇÃO PÚBLICA

Estágio remunerado - Direito

INFORMAÇÕES CADASTRAIS

NOME DO CANDIDATO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

Leia com atenção as instruções

1. Ao receber o caderno de provas, preencha o espaço reservado para a identificação do candidato;
2. Verifique se este caderno contém 50 questões objetivas, numeradas de 1 a 50, e uma questão subjetiva. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores;
3. É vedada a utilização de qualquer aparelho eletrônico durante a realização da prova. O candidato que estiver portando equipamento eletrônico deverá desligá-lo antes do início da prova;
4. Para cada questão existe apenas UMA resposta certa;
5. Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões objetivas e escolher a resposta certa. Depois, verifique no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D) da resposta que você escolheu e marque essa letra na FOLHA RESPOSTA, conforme o exemplo: A B C D ;
6. Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul;
7. Será considerada como não pontuada a questão em que a resposta não corresponder ao gabarito oficial, estiver com mais de uma alternativa assinalada, estiver totalmente em branco, rasurada, ou preenchida fora do campo reservado às respostas;
8. Redija a questão subjetiva na FOLHA RESPOSTA. Escreva com letra legível, respeitando os parágrafos e os limites de linhas. Não serão corrigidas questões escritas a lápis, nem na folha de rascunho;
9. A duração da prova é de 3hs (três horas), para responder a todas as questões e preencher a FOLHA RESPOSTA;
10. Durante a prova é vedado ao candidato pedir esclarecimento sobre o conteúdo dos enunciados das questões. Não será permitida qualquer consulta;
11. Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem a autorização do fiscal de sala. Caso o candidato deseje ir ao banheiro, deverá informar à equipe de supervisão da fiscalização da prova, para as providências necessárias;
12. O candidato poderá entregar o cartão resposta e deixar a sala apenas 1h (uma hora) depois do início da realização da prova. Após a conclusão da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido. **CASO DESEJE ANOTAR O GABARITO ASSINALADO, SÓ PODERÁ FAZÊ-LO MEDIANTE FOLHA DE RASCUNHO A SER ENTREGUE PELO PRÓPRIO FISCAL E SAIR DA SALA APÓS DECORRIDO 2H DO INÍCIO DA PROVA;**
13. O caderno de prova poderá ser levado pelo candidato desde que esteja faltando 30 (trinta) minutos para o período de conclusão da prova e que seja previamente autorizado pelo fiscal;
14. A desobediência a qualquer uma das recomendações acima, implicará a eliminação do candidato.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

www.defensoria.ce.def.br

 fb.com/DefensoriaCeara

 twitter.com/defensoriaceara

PROVA OBJETIVA**Direito Constitucional****1) Acerca dos direitos e garantias fundamentais, assinale o item CORRETO:**

a) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigida prévia autorização da autoridade competente;

b) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, em ambos os casos, o trânsito em julgado;

c) A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cuius";

d) A prática da tortura constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

2) É exemplo de norma constitucional de eficácia contida:

a) Não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

b) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

c) A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

d) Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.

3) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

a) Registros públicos;

b) Propaganda comercial;

c) Sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular;

d) Produção e consumo.

4) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

a) De um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

b) Do Presidente da República, Governadores e Prefeitos de Capitais;

c) De mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros;

d) De partido político com representação no Congresso Nacional.

5) No que tange às funções essenciais à justiça, assinale a alternativa CORRETA:

a) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a autonomia;

b) Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas apenas autonomia funcional e administrativa, inexistindo previsão de iniciativa de proposta orçamentária;

c) São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional;

d) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre os membros da carreira, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Direito Civil**6. Quanto à vigência das leis, assinale a alternativa CORRETA:**

a) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

b) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país trinta dias depois de oficialmente publicada.

c) Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada à correção, o prazo de vigência não se interrompe.

d) A lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

7. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesesseis) anos.

b) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir a sua vontade.

c) Os ébrios habituais e os viciados em tóxico são incapazes relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer.

d) Denomina-se comoriência o fenômeno jurídico que ocorre quando dois ou mais indivíduos falecem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum precedeu aos outros.

8. É anulável o negócio jurídico, EXCETO:

a) Por incapacidade relativa do agente.

b) Quando celebrado por vício resultante de erro e dolo.

c) Quando for ilícito, impossível ou indeterminado o seu objeto.

d) Quando celebrado por vício resultante de lesão e fraude contra credores.

9. Sobre o direito aos alimentos, podemos afirmar:

- a) A obrigação de prestar alimentos repousa no "Princípio da Sustentabilidade" existente entre os membros de um mesmo grupo familiar.
- b) Os alimentos provisionais são aqueles deferidos liminarmente em ação especial de alimentos pelo rito da Lei nº 5.478/68, dependendo de prova pré-constituída do parentesco.
- c) O cancelamento de pensão alimentícia de filho que atingiu a maioridade não está sujeito a decisão judicial, operando-se automaticamente.
- d) O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros.

10. Ana, filha de empresários com vasto patrimônio, decide se casar com João, trabalhador de classe média. Os pais de Ana buscam orientação jurídica com o advogado da família com relação ao regime de bens a ser adotado no casamento.

Nesse contexto, pode-se afirmar que:

- a) Caso não haja escolha do regime de bens pelos cônjuges, vigorará o regime da comunhão universal.
- b) É anulável o pacto antenupcial se não for feito por escritura pública e ineficaz se não lhe seguir o casamento.
- c) Se adotarem o regime da comunhão parcial de bens, João não terá a meação dos bens adquiridos por Ana pelo falecimento de seus genitores.
- d) No regime da comunhão universal incluem-se os bens herdados com a cláusula de incomunicabilidade e os sub-rogados em seu lugar.

11. Segundo o Código Civil de 2002, em relação à ordem da vocação hereditária na sucessão legítima, assinale a assertiva INCORRETA.

- a) A sucessão legítima defere-se ao cônjuge sobrevivente, casado no regime de comunhão parcial de bens, em concorrência com os descendentes do cônjuge falecido somente quando este tiver deixado bens particulares. A referida concorrência dar-se-á exclusivamente quanto aos bens particulares constantes do acervo hereditário do de cujus.
- b) No regime de separação convencional de bens, o cônjuge sobrevivente concorre na sucessão causa mortis com os descendentes do autor da herança.
- c) O Código Civil assegura ao cônjuge sobrevivente, casado sob o regime da comunhão universal de bens, o direito à herança do de cujus em concorrência com os descendentes do falecido.

- d) Na falta de descendentes, são chamados à sucessão os ascendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente.

12. O Estatuto do Idoso regula os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos. Sobre estes direitos previstos na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, é INCORRETO afirmar que:

- a) Ao idoso que esteja no domínio de suas faculdades mentais é assegurado o direito de optar pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável.
- b) O Poder Público criará e estimulará programas de profissionalização especializada para os idosos, aproveitando seus potenciais e habilidades para atividades regulares e remuneradas.
- c) É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde - SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.
- d) Aos maiores de 60 (sessenta) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos.

13. Sobre a Alienação Parental (Lei nº 12.318 de 2010), a atribuição da guarda:

- a) Será apenas determinada após o resultado da perícia biopsicossocial.
- b) Dar-se-á por preferência ao genitor que viabiliza a efetiva convivência da criança ou adolescente com o outro genitor nas hipóteses que seja inviável a guarda compartilhada.
- c) Dar-se-á para terceiros, até que os genitores se submetam a tratamento psicológico.
- d) Dar-se-á obrigatoriamente de forma compartilhada fixando-se porém o domicílio da criança com a mãe.

14. No tocante às relações de consumo podemos afirmar que:

- a) São direitos básicos do consumidor, dentre outros, a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral;
- b) O fornecedor de produtos e serviços potencialmente nocivos ou perigosos à saúde ou segurança deverá informar, de maneira ostensiva e adequada, a respeito da sua nocividade ou periculosidade, sendo desnecessária a adoção de outras medidas cabíveis em cada caso concreto;

c) O comerciante é responsável, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, mesmo quando o fabricante, o construtor, o produtor ou o importador puderem ser identificados;

d) O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 10 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.

15. Acerca das disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente podemos afirmar que:

a) Os estabelecimentos de atendimento à saúde, inclusive as unidades neonatais, de terapia intensiva e de cuidados intermediários, deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação apenas de crianças de 0 a 12 anos;

b) A condenação criminal do pai ou da mãe implicará, automaticamente, na destituição do poder familiar;

c) A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos da Lei;

d) O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas indispensáveis, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.

Direito Administrativo

16. Autarquia municipal pretende disponibilizar, mediante contrato por prazo determinado, uma área do prédio público para que um particular instale restaurante destinado aos servidores e terceiros.

Nessa situação, de acordo com a doutrina, o instituto legalmente adequado para se disponibilizar o uso privativo do bem público por particular é a:

a) Autorização de uso;

b) Cessão de uso;

c) Concessão de uso;

d) Concessão de direito real de uso.

17. O Supremo Tribunal Federal, em 2010, por meio da ADC n. 16, julgou constitucional o § 1º, do artigo 71, da Lei nº 8.666/93, cujo teor é o seguinte:

A inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o registro de imóveis. Desse modo, marque a opção correta no que tange à responsabilização dos encargos trabalhistas dos empregados das empresas contratadas pela Administração Pública:

a) Deve a Administração Pública responder subsidiariamente pelos encargos trabalhistas resultantes da execução do contrato, independentemente do cumprimento da sua obrigação legal e contratual de fiscalização;

b) Deve a Administração Pública responder solidariamente pelos encargos trabalhistas dos contratados, independentemente do cumprimento da sua obrigação legal e contratual de fiscalização;

c) Deve a Administração Pública responder subsidiariamente pelos encargos trabalhistas do contratado, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento da sua obrigação legal e contratual de fiscalização;

d) Deve a Administração Pública responder solidariamente pelos encargos trabalhistas do contratado, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento da sua obrigação legal e contratual de fiscalização.

18. Os contratos regidos pela Lei n. 8.666/93 poderão ser alterados, com as devidas justificativas, em casos específicos. Assinale a opção correta, de acordo com a lei e com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

a) Não há garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de permissão de serviço de transporte público realizado sem prévia licitação;

b) Poderá ser alterado unilateralmente quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, sem limites;

c) Poderá ser alterado por acordo das partes quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, independentemente de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

d) Nunca poderá ser alterado unilateralmente quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.

19. A Prefeitura do município de Lopes da Costa no Estado da Guanabara e os demais órgãos competentes concederam autorização para atividade de extração de areia de importante lago situado no Município. Posteriormente, a Defensoria Pública constatou que a atividade consentida veio a criar malefícios à natureza. No caso narrado, o ato administrativo de autorização poderá ser:

- a) Anulado apenas pela Administração Pública, com efeito *ex tunc* ou *ex nunc*;
- b) Anulado pela Administração pública ou pelo Judiciário, com efeitos *ex tunc*;
- c) Anulado apenas pelo Poder Judiciário e com efeitos *ex nunc*;
- d) Revogado pela Administração Pública, com efeitos *ex tunc*.

20. Marcondes é servidor público, chefe de determinada repartição, e indeferiu as férias pleiteadas por um de seus subordinados, alegando escassez de pessoal na repartição. No entanto, comprovou-se que não há a escassez de servidores na repartição chefiada por Marcondes. Pode-se dizer que:

- a) Há vício de motivo no ato administrativo, maculando-o;
- b) O ato não necessitava de motivação e, portanto, deve permanecer no mundo jurídico;
- c) Se houver vício no ato administrativo, só poderá ser de ordem pessoal, já que havia uma rixa entre o chefe e seu subordinado;
- d) O ato praticado encontra-se parcialmente viciado, mas não admite anulação, pois a discricionariedade administrativa deve imperar.

Direito Processual Civil

21. Julgue os itens e marque a opção CORRETA:

- I) As tutelas provisórias são tutelas jurisdicionais não definitivas, fundadas em cognição sumária, podendo fundamentar-se em urgência ou evidência;
- II) A tutela provisória conserva a eficácia durante o período de suspensão do processo, salvo decisão judicial em contrário;
- III) A tutela provisória cautelar é uma tutela de urgência satisfativa do direito;
- IV) A tutela antecipada de urgência se destina a permitir a imediata realização prática do direito alegado pelo demandante, revelando-se adequada em casos nos quais se afigure presente uma situação de perigo iminente para o próprio direito substancial.

- a) São verdadeiros apenas os itens I e III;
- b) São verdadeiros apenas os itens II e III;
- c) São verdadeiros apenas os itens I, II e IV;
- d) São verdadeiros apenas os itens I, III e IV.

22. Assinale a opção CORRETA:

- a) O juiz poderá dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito;
- b) O direito de consultar os autos de processo que trâmite em segredo de justiça e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes;
- c) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de dez dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte;
- d) No processo cível, não se admite a prática de atos processuais por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagem em tempo real.

23. Sobre a citação no Processo Civil, assinale a opção CORRETA:

- a) O comparecimento espontâneo do réu ou do executado não supre a falta ou a nulidade da citação;
- b) Na ação de usucapião de imóvel, a citação pessoal dos confinantes é dispensada quando tiver por objeto unidade autônoma de prédio em condomínio;
- c) A citação será feita pelo correio quando o citando for pessoa de direito público;
- d) Quando, por três vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar.

24. Assinale a opção CORRETA:

- a) As partes não podem escolher, de comum acordo, o conciliador, o mediador ou a câmara privada de conciliação e de mediação;
- b) O mediador, que atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, poderá sugerir soluções para o litígio;
- c) O conciliador e o mediador ficam impedidos, pelo prazo de dois anos, contado do término da última audiência em que atuaram, de assessorar, representar ou patrocinar qualquer das partes;
- d) Os conciliadores, os mediadores e as câmaras privadas de conciliação e mediação serão inscritos em cadastro nacional e em cadastro de tribunal e justiça ou de tribunal regional federal, que manterá registro de profissionais habilitados, com indicação de sua área profissional.

25. Assinale a opção CORRETA:

- a) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, salvo quando se tratar de matéria sobre a qual deva decidir de ofício;
- b) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro do domicílio do autor;
- c) É competente o foro do lugar onde a obrigação deve ser satisfeita, para a ação em que se lhe exigir o cumprimento;
- d) O juiz decidirá imediatamente a alegação de incompetência, independentemente de manifestação da parte contrária.

26. A respeito das normas fundamentais do processo civil, assinale a opção INCORRETA:

- a) Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé.
- b) Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.
- c) É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório.
- d) É defeso às partes obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa.

27. Marque a alternativa CORRETA:

- a) Verifica-se a inépcia da inicial quando se reproduz ação anteriormente ajuizada.
- b) Alegando o réu, na contestação, ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado, o juiz facultará ao autor, em 15 dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu.
- c) Uma ação é idêntica a outra quando possui uma das partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.
- d) Há litispendência quando se repete ação que está em curso ou que já foi proposta anteriormente.

28. Acerca do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos, julgue os itens e assinale a alternativa CORRETA:

- I) Somente a comprovação de fato que gere a impossibilidade absoluta de pagar justificará o inadimplemento.
- II) Se o executado não pagar ou se a justificativa apresentada não for aceita, o juiz, além de mandar protestar o

pronunciamento judicial na forma do § 1º, decretar-lhe-á a prisão pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses.

III) O cumprimento da pena exime o executado do pagamento das prestações vencidas.

IV) O exequente pode promover o cumprimento da sentença ou decisão que condena ao pagamento de prestação alimentícia no juízo de seu domicílio.

- a) São verdadeiros apenas os itens I e III;
- b) São verdadeiros apenas os itens II e III;
- c) São verdadeiros apenas os itens I, II e IV;
- d) São verdadeiros apenas os itens I, III e IV.

29. Marque a alternativa CORRETA:

a) A Defensoria Pública gozará de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, exceto quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para a Defensoria Pública.

b) O prazo para manifestação do defensor público tem início com a sua intimação pessoal, a qual não poderá ser feita por meio eletrônico.

c) O benefício do prazo em dobro para manifestação processual do defensor público não se aplica aos escritórios de prática jurídica das faculdades de Direito reconhecidas na forma da lei e às entidades que prestam assistência jurídica gratuita em razão de convênios firmados com a Defensoria Pública.

d) O juiz não poderá determinar a intimação pessoal da parte patrocinada pela Defensoria Pública quando o ato processual depender de providência ou informação que somente por ela possa ser realizada ou prestada, ainda que seja requerido pela Defensoria Pública.

30. Acerca dos recursos, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa CORRETA:

I) A apelação terá efeito suspensivo, mas a sentença que confirma, concede ou revoga tutela provisória começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação.

II) Os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de recurso.

III) Dos despachos cabe agravo de instrumento.

IV) A desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquela objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.

- a) São verdadeiros apenas os itens I e II;
- b) São verdadeiros apenas os itens II e III;
- c) São verdadeiros apenas os itens III e IV;

d) São verdadeiros apenas os itens I e IV.

Direito Penal

31. Quando, por acidente ou erro no uso dos meios de execução, o agente, ao invés de atingir a pessoa que pretendia ofender, atinge pessoa diversa, diz-se que ocorreu:

- a) Tentativa
- b) Resultado diverso do pretendido
- c) Aberratio criminis
- d) Aberratio ictus

32. Admitem a Tentativa:

- a) Os crimes Unissubsistentes
- b) Os crimes Preterdelitos
- c) Os crimes Omissivos Impróprios
- d) As Contravenções penais

33. Em relação aos crimes, é INCORRETO afirmar:

- a) Crimes Transeuntes são aqueles que deixam vestígios materiais.
- b) Crimes Vagos São os que têm por sujeitos passivos entidades sem personalidade jurídica.
- c) Crimes de forma livre são aqueles que admitem qualquer meio de execução.
- d) Crimes Uniofensivos são aqueles nos quais somente se protege um único bem jurídico, como é o caso do art. 155 do Código Penal.

34. Assinale o delito que admite a modalidade culposa:

- a) Corrupção Passiva
- b) Prevaricação
- c) Receptação
- d) Apropriação Indébita.

35. Julgue os itens e marque a opção CORRETA:

- I) Para que o fato imputado possa caracterizar como calúnia, faz-se necessária a presença de três requisitos: a imputação de fato definido como crime ou contravenção penal, a falsidade da imputação e o elemento subjetivo.
- II) É punível a calúnia contra os mortos.
- III) No crime de Difamação cabe exceção da verdade quando o ofendido é funcionário Público e agiu no exercício de suas funções.
- IV) Constituem Injúria ou Difamação punível a ofensa irrogada em juízo, nas discussões da causa, pela parte ou seu procurador.

- a) São verdadeiros apenas os itens I e III;
- b) São verdadeiros apenas os itens II e III;
- c) São verdadeiros apenas os itens I, II e IV;
- d) São verdadeiros apenas os itens I, III e IV.

36. Julgue os itens e marque a opção CORRETA:

I) O delito de associação criminosa se consuma no momento da efetiva prática dos delitos acordados, tratando-se, pois, de um delito de natureza material.

II) Qualquer pessoa pode ser sujeito ativo do delito de associação criminosa, haja vista que o tipo penal não exige nenhuma qualidade ou condição especial.

III) O delito de associação criminosa exige um número mínimo de quatro integrantes.

IV) O parágrafo único do art. 288 do Código Penal determina que a pena aumenta-se até a metade se a associação é armada ou se houver participação de criança ou adolescente.

- a) São verdadeiros apenas os itens I e III;
- b) São verdadeiros apenas os itens II e III;
- c) São verdadeiros apenas os itens I, II e III;
- d) São verdadeiros apenas os itens II e IV.

37. Constitui crime contra a Administração da Justiça:

- a) Prevaricação
- b) Corrupção Passiva
- c) Desobediência
- d) Denúncia Caluniosa

38. Em relação às causas de exclusão da culpabilidade, é correto afirmar que:

- a) O erro de proibição afasta o requisito da exigibilidade de conduta diversa;
- b) A coação moral irresistível afasta a potencial consciência da ilicitude;
- c) A obediência hierárquica afasta a potencial consciência da ilicitude;
- d) A menoridade penal, segundo o Código vigente, orienta-se pelo critério puramente biológico;

39. No delito de tráfico de entorpecente, a pena poderá ser reduzida de um sexto a dois terços desde que o agente seja primário e:

- a) Não se dedique às atividades criminosas e nem integre organização criminosa.
- b) De bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas, não integre organização criminosa e colabore voluntariamente com a investigação policial ou processo criminal.
- c) Não se dedique às atividades criminosas, não integre organização criminosa e colabore voluntariamente com a investigação policial ou processo criminal.
- d) De bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas e nem integre organização criminosa.

40. Rosário, servidora pública vinculada ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no ponto de ônibus em frente ao prédio da administração do Tribunal, após deixar seu trabalho na companhia de uma colega de serviço, aproveitando-se da distração desta, subtraiu sua carteira, que estava dentro da bolsa. Descoberta por meio de câmeras de segurança, Rosário deverá ser denunciada pela prática do crime de:

- a) Furto.
- b) Estelionato.
- c) Peculato-desvio.
- d) Peculato-furto.

Direito Processual Penal

41. Em face do que dispõe o Código de Processo Penal, o que se é CORRETO falar sobre o Inquérito Policial?

- a) O inquérito, nos crimes em que a ação depender de representação, poderá sem ela ser iniciada.
- b) Qualquer pessoa do povo, que tiver conhecimento da ocorrência de um crime de ação penal pública, poderá, oralmente ou por escrito, informar o caso à autoridade policial, a qual, verificada a procedência das informações, enviará o fato ao Ministério Público.
- c) O despacho que indeferir o requerimento de abertura de Inquérito Policial está sujeito a recurso para o Chefe de Polícia.
- d) Nos crimes de ação penal pública, o Inquérito Policial será instaurado somente mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público.

42. Nas ações penais públicas condicionadas a representação do ofendido, a retratação pode ocorrer enquanto não:

- a) Oferecida a denúncia.
- b) Julgada a ação penal.
- c) Concluído o Inquérito Policial
- d) Oferecida a queixa crime

43. Quando não for conhecido o local onde se deu o crime e o réu residir em mais de um lugar, como se estabelecerá a competência entre os juízes das respectivas jurisdições?

- a) Pela prevenção.
- b) Pela continência.
- c) Pela conexão.
- d) Pela distribuição.

44. Quanto aos sujeitos do processo penal, pode-se afirmar que:

- a) As partes podem intervir na nomeação do perito.
- b) O Ministério Público não pode pedir a absolvição do acusado.

c) O assistente de acusação pode ser admitido no processo apenas antes do interrogatório do acusado.

d) A audiência poderá ser adiada se, por motivo justificado, o defensor não puder comparecer.

45. Ao ser preso em flagrante o indivíduo, em até 24 horas, recebe um documento assinado pela autoridade policial, com os motivos da prisão, o nome do condutor e das testemunhas, Como se chama esse documento?

- a) Termo circunstanciado.
- b) Nota de culpa.
- c) Termo do flagrante.
- d) Boletim de ocorrência.

46. “O advento do Estado penal não é uma fatalidade. O recurso ao aparato prisional não é um destino para as sociedades avançadas, é uma questão de escolha política.” (WACQUANT, Loïc. *As duas faces do gueto*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 104). Com base no texto, no ordenamento jurídico e na jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa CORRETA:

a) Em virtude da teoria da reserva do possível, não é dever do Estado o ressarcimento por danos, inclusive morais, causados aos detentos em decorrência da falta ou insuficiência das condições legais de encarceramento, haja vista a escassez de recursos públicos.

b) A Lei nº 12.403/2011, a qual disciplina as medidas cautelares alternativas à privação da liberdade no processo penal, provocou uma mitigação nos índices de prisões provisórias no Brasil.

c) O Supremo Tribunal Federal reconheceu que o sistema penitenciário brasileiro vive um “estado de coisas inconstitucional”, com uma violação generalizada de direitos fundamentais dos presos.

d) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é admissível o pedido de abrandamento dos requisitos temporais e o abatimento do tempo de prisão em razão de condições desumanas do sistema carcerário.

47. “Posta a acusação, deve-se duvidar dela. Não por razões associadas às peculiaridades do caso, mas como método de exploração na formação do convencimento judicial. A estrutura dialética do processo - já assentada definitivamente - deve iniciar-se não pela acusação, mas pela sua negação.

O que deve ser potencializado é a contradição e não a afirmação. Sempre será possível justificar a absolvição de um efetivamente culpado; já a condenação de um concretamente inocente não. O custo social é impagável.”(OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. O processo penal como dialética da incerteza. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, a. 46, n. 183, jul./set. 2009, p. 74).

À luz das provas no processo penal, assinale o item CORRETO:

- a) Conforme o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional a execução provisória de pena privativa de liberdade a partir de decisão condenatória em segunda instância.
- b) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal entende inadmissível a serendipidade, isto é, o encontro fortuito de provas.
- c) Em homenagem aos princípios da celeridade processual e da busca da verdade, é admissível a utilização da prova emprestada no processo penal independentemente da observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa no processo em que ela foi produzida.
- d) Processos penais em curso, ou inquéritos policiais em andamento ou, até mesmo, condenações criminais ainda sujeitas a recurso não podem ser considerados, enquanto episódios processuais suscetíveis de pronunciamento absolutório, como elementos evidenciadores de maus antecedentes do réu.

48. São efeitos dos recursos no processo penal brasileiro, EXCETO:

- a) Regressivo.
- b) Suspensivo.
- c) Extensivo.
- d) Ativo.

49. Sobre o *habeas corpus*, assinale a opção CORRETA:

- a) O *habeas corpus* admite a dilação probatória.
- b) Pessoa jurídica pode impetrar *habeas corpus*.
- c) A petição inicial apócrifa é cabível em sede de *habeas corpus*.
- d) O *habeas corpus* não pode ser interposto contra ato de juízo cível.

50. No tocante ao entendimento dos Tribunais Superiores, marque a assertiva CORRETA:

- a) Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.
- b) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso restrito aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- c) Não se admite a progressão de regime de cumprimento da pena ou a aplicação imediata de regime menos severo nela determinada, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- d) Viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do correu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.

PROVA SUBJETIVA

No município de Esperança Verde, a Defensoria Pública recebeu alguns relatos de servidores municipais que estariam fazendo horas extras, mas que não as recebiam. O Defensor Público atuante naquela cidade oficiou ao prefeito municipal requisitando informações sobre a problemática apresentada, concedendo o prazo de 15 dias para a resposta. O prazo passou e nenhuma resposta chegou. O Defensor Público enviou novo ofício reiterando a requisição, mas o prefeito permaneceu inerte. Diante dessa situação, responda, de modo sucinto, às seguintes questões:

- 1) Cite o nome de uma ação judicial que o Defensor Público pode utilizar para sanar a omissão do município/prefeito.
- 2) Explique no que consiste o poder requisitório da Defensoria, quais as consequências no caso de o destinatário se omitir e em qual lei ele está previsto.
- 3) Explique sobre a legitimidade da Defensoria para a tutela coletiva, tocando no aspecto do público-alvo.
- 4) Fale sobre o *jus postulandi* (capacidade para postular em Juízo) do Defensor Público.

